

b) Quando envolva a assunção de compromissos ou encargos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — As competências a que se referem os números anteriores são delegadas:

a) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte, licenciado Fernando Lucas Martins de Oliveira;

b) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, licenciado Manuel António Miranda Góis;

c) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, licenciada Susana Margarida Romão Ferreira Soares Paulino;

d) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo, licenciado Joaquim Manuel Sezões Rodrigues;

e) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Algarve, licenciada Maria Luisa Carneiro Miguel.

4 — Ficam autorizadas as subdelegações destas competências em todos os níveis de pessoal dirigente, nos termos legais.

5 — A presente delegação produz efeitos desde 1 de maio de 2016, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde essa data até à publicação da presente deliberação.

25 de maio de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

209813689

Deliberação n.º 1304/2016

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. se encontra vago por cessação de funções, a seu pedido, da anterior titular — Arquiteta Maria Isabel Albuquerque Carvalho Seabra — e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica de nível I.

O conselho diretivo do IMT, I. P., em reunião ordinária, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, procede à designação, em regime de substituição, para exercer o cargo de direção intermédia de 1.º grau como Diretora de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., a técnica superior, Isabel Maria Pais Abreu Filipe da Silveira Botelho, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016.

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

27 de julho de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Isabel Maria Pais de Abreu Filipe da Silveira Botelho
Data de nascimento: 26 de abril de 1963.

II — Formação académica:

Mestrado em Engenharia Civil — Área de Especialização em Edificações — 2010

Licenciatura em Engenharia Civil — 1993

Bacharelato em Engenharia Civil — 1986

III — Experiência Profissional

Técnica Superior na Direção de Serviços de Gestão de Contratos e Concessões do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., desde agosto de 2015 até ao presente;

Diretora de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de outubro de 2014 a agosto de 2015;

Técnica Superior na Direção de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de junho de 2010 a outubro de 2014;

Assessora na Direção de Processamento e Atendimento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., de novembro de 2007 a junho de 2010;

Técnica Superior de 1.ª Classe, Principal e Assessora na Direção Geral dos Transportes Terrestres, de dezembro de 2002 a junho de 2010;

Coordenadora de estudos e projetos rodoviários no Instituto para a Construção Rodoviária, de outubro de 2000 a dezembro de 2002;

Técnica Superior de 1.ª Classe na Divisão de Infraestruturas de Transporte da Delegação de Transportes de Lisboa da Direção Geral de Transportes Terrestres, de junho de 1999 a outubro de 2000;

Engenheira Civil Estagiária, de 2.ª Classe e de 1.ª Classe nos Serviços Regionais de Estradas de Lisboa da Junta Autónoma de Estradas, de novembro de 1993 a junho de 1999;

Engenheira Civil na Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loures, de maio a novembro de 1993;

Engenheira Técnica Civil na Divisão de Conservação de Edifícios e Obras Diversas do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lisboa, de junho de 1987 a abril de 1993;

Professora do Ensino Preparatório, de janeiro a junho de 1987;

Participação em júris de mestrado e orientação de trabalhos finais de mestrado.

IV — Formação complementar mais relevante

Gestão da Crise e Mudança Organizacional (INA);

BSC — Balanced Scorecard (INA);

Introdução ao ArcGIS Network Analyst, na ótica do planeamento rodoviário (ISEL);

Programação em Excel (INA);

O Novo Código da Contratação Pública (INA)

Especialização em Auditorias a Processos e Sistemas de Informação (INA);

Gestão de Projetos (SG Min. Finanças e Administração Pública)

Área Adjacente à Faixa de Rodagem e Sinistralidade (LNEC);

Formação Complementar em Estradas — Pavimentação, Equipamento de Segurança e Ambiente (ISEL);

Inglês para Relações Internacionais (INA);

Conception et Construction des Chaussées — École Nationale des Ponts et Chaussées — Paris

Software Autocad (JAE);

Software SMIGS (SILVAC).

209813056

Deliberação n.º 1305/2016

Considerando o Decreto-Lei n.º 236/2012 de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014 de 14 de maio, fixa no n.º 1 do seu artigo 3.º, que: «O IMT, I. P., tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento no setor dos transportes terrestres [...]»;

Considerando que, com a implementação das regras do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, se visou diminuir a burocracia, agilizar procedimentos e facilitar o acesso ao exercício de atividades, tornando o mercado de serviços mais competitivo, contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego;

Considerando que nesse contexto foi publicado o Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, cujas regras visam simplificar o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por *rent-a-car*, quando exercida por prestadores estabelecidos em território nacional;

Considerando que, no exercício da atividade de *rent-a-car* só podem ser utilizados veículos que obedeçam, cumulativamente, aos requisitos elencados no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto;

Considerando que o n.º 2 do artigo 6.º do referido decreto-lei determina que o limite de utilização dos veículos na atividade de *rent-a-car* pode ser excepcionalmente prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de dois anos, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IMT, I. P.;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio e a Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho, que aprovou os Estatutos do IMT, IP, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei